



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

DECISÃO DO RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.129/2024

Processo Licitatório n.º 14.563/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.129/2024, **AQUISIÇÃO, sob demanda, de ÁLCOOL para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde Ambiental, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/Controle de Tuberculose e Hanseníase, Subsecretaria de Vigilância e Fiscalização Sanitária e Gerência em Saúde Menta.**

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa **PROSPERA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, com fulcro no artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos a decisão desta pregoeira que habilitou a empresa **ELIS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA**, para o Item 04 no Pregão Eletrônico n.º 90.129/2024.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 818 de 03 de julho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **PROSPERA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 17 de outubro de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o Item 04, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90129/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

I - DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão III

tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DO RECURSO

A recorrente, tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme abaixo:

Em síntese, a recorrente alega que, ao tempo do cadastramento no sistema de pregão eletrônico, não observando os itens 10.1.2 e 10.1.3 do Edital e ao Termo de Referência, a empresa recorrida indicou múltiplas marcas para o produto ofertado, quais sejam: “(i) dragoco; (ii) safra; (iii) ciclo farma; e (iv) similar”. Ademais, a utilização do termo “similar” prejudicaria a clareza quanto o produto a ser entregue.

III - DAS CONTRARRAZÕES

Imperioso registrar que a Recorrida **NÃO** apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, contrarrazões com o fim de afastar as alegações do recurso apresentado pela empresa Recorrente.

IV - DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto ao princípio da vinculação ao edital, o art. 63 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração Pública a permitir ou solicitar que os licitantes façam correções de falhas formais ou prestem esclarecimentos sobre suas propostas. Essa disposição visa, essencialmente, consentir ajustes que aperfeiçoem o julgamento sem comprometer a integridade e a igualdade do processo licitatório.

A lei define que as correções não podem alterar elementos fundamentais da proposta. Em outras palavras, não é permitido modificar aspectos que comprometam a objetividade ou a



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

competitividade, como: (i) o valor ofertado; e (ii) características essenciais e específicas exigidas no edital, como desempenho, capacidade técnica ou qualidade do item.

Neste caso, a empresa recorrida no momento oportuno apresentou sua proposta realinhada, informando uma única marca e apresentando catálogo compatível com a requisição da secretaria. Não afetando as condições principais da proposta, como o valor ou as especificações essenciais do produto.

Desta forma, respeitando devidamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, onde tal princípio preconiza o entendimento de que as regras do edital devem ser rigorosamente seguidas. Portanto, quando o edital exige que a empresa indique uma única marca, constitui-se uma norma objetiva a qual todos os licitantes devem observar. Ao apresentar a proposta corretamente e discriminando apenas uma marca, a recorrida se adaptou à norma editalícia, mantendo sua proposta válida e alinhada aos critérios estabelecidos previamente.

A permissão para correção de erros formais, como previsto no Art. 63 da Lei 14.133/2021, também visa assegurar a eficiência, conveniência e a continuidade do processo licitatório. Considerando que a exigência de uma nova licitação ou desclassificação de uma empresa por um erro formal, que pode ser corrigido, prejudicaria o interesse público, especialmente se o bem ou serviço for necessário para atender às demandas da Administração. Nesse sentido, o legislador considerou a possibilidade de ajustes pontuais como meio de garantir a melhor proposta, mantendo o processo célere e com foco no resultado.

V - DAS DILIGÊNCIAS

Por todo o exposto, feitas as considerações acima narradas, restou encaminhado o presente processo, na forma de diligência no transcorrer do certame conforme dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90129/2024, à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica, com o intuito de subsidiar a decisão desta pregoeira, quanto ao



Comissão de Pregão III

fato que a empresa habilitada não observou os itens 10.1.2 e 10.1.3 do Edital, visto que a mesma indicou múltiplas marcas para o produto ofertado.

Neste sentido, a D. Procuradoria concluiu que (I) é possível concluir que, conforme previsto na legislação, no Edital e na Jurisprudência, o pregoeiro possui prerrogativa para saneamento dos erros ou falhas apresentadas no certame, podendo inclusive promover diligências quando necessárias para que o feito seja regularizado, desde que as modificações não afetem diretamente aspectos fundamentais da proposta apresentada;

V. DA ANÁLISE TÉCNICA

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, a mesma acompanha o parecer jurídico exarado pela douta Subprocuradoria de Processos Administrativos, constante nos autos deste processo, notadamente, quanto ao fato de que, à previsão de tal exigência em edital.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do presente Recurso interposto pela empresa **PROSPERA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.129/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo o julgamento anteriormente proferido habilitando a empresa **ELIS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA**.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.063/2024.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente

Nova Friburgo, 22 de novembro 2024.

Kelvin Calil Lemgruber
Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão III
Mat.: 115.209